ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PARA REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES (ERRD) NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: PRÁTICAS ESCOLARES DIANTE DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Cristiana Marinho da Costa [1]
Rejane Lucena [2]

INTRODUÇÃO

Os eventos climáticos extremos têm sido observados em diferentes regiões do mundo nas primeiras décadas do século XXI, ampliando a preocupação com os efeitos das mudanças climáticas sobre os territórios, as infraestruturas e as condições de vida das populações.

No Brasil, enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra afetam de modo desigual os grupos sociais. Os impactos não decorrem exclusivamente da ocorrência de um fenômeno físico: relacionam-se também às formas de ocupação do solo, às condições de moradia, à infraestrutura urbana, à disponibilidade de serviços públicos e às desigualdades históricas que condicionam a exposição e a capacidade de resposta das comunidades.

A emergência climática evidencia, portanto, a necessidade de compreender os desastres como processos socioambientais. A chuva intensa, por exemplo, pode se transformar em desastre quando incide sobre áreas com drenagem insuficiente, ocupação de encostas vulneráveis, moradias precárias e acesso limitado a políticas de prevenção.

Essa leitura não reduz a importância dos fenômenos meteorológicos, mas destaca que os riscos são produzidos e distribuídos socialmente. Por isso, a prevenção

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PIEC), Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cristianamcosta@usp.br.
[2] Doutora em Engenharia Civil com ênfase em Geotecnia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rejane.lucena@cemaden.gov.br

exige ações articuladas entre poder público, instituições de ensino, organizações comunitárias e população.

Em Pernambuco, esse debate assume particular relevância. O estado possui cerca de 9,56 milhões de habitantes e apresenta elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas. Estima-se que aproximadamente um milhão de pessoas viva em áreas de risco, o equivalente a 11,6% da população estadual. Além disso, 106 municípios são considerados vulneráveis, dos quais 53 se encontram em situação crítica, incluindo Recife e municípios de sua Região Metropolitana (Brasil, 2024; IBGE, 2025).

As chuvas extremas de 2022 tornaram especialmente visíveis as consequências humanas e territoriais dessa exposição, assim como a importância de fortalecer a prevenção e a preparação para situações de emergência.

Nesse cenário, a Educação em Redução de Risco de Desastres (ERRD) constitui uma dimensão estratégica da formação cidadã. Sua finalidade não se limita a divulgar orientações sobre o que fazer durante uma emergência.

A ERRD pode favorecer a leitura crítica do território, a identificação de ameaças e vulnerabilidades, a circulação de informações confiáveis e a construção coletiva de estratégias de prevenção, preparação e resposta. Quando desenvolvida de forma continuada, permite relacionar conteúdos escolares a experiências vividas pelos estudantes e por suas comunidades.

A aproximação entre ERRD e Educação Ambiental crítica amplia essa perspectiva ao problematizar as relações entre sociedade e natureza, as responsabilidades públicas e coletivas e as desigualdades envolvidas na produção dos riscos. Lucena *et al.* (2024) destacam a importância da educação formal e não formal para fortalecer o diálogo social e a responsabilidade coletiva diante da degradação ambiental, das mudanças climáticas e dos desastres.

Essa articulação pode mobilizar valores como autonomia, responsabilidade, resiliência, inclusão, democracia e solidariedade, sem transferir às comunidades a responsabilidade exclusiva por problemas que também exigem políticas públicas e investimentos estruturais.

A escola pública ocupa lugar importante nesse processo porque reúne sujeitos de diferentes gerações, mantém relações cotidianas com o território e pode criar oportunidades para a produção compartilhada de conhecimentos.

ISSN: 2358-8829

As práticas escolares em ERRD podem envolver investigação das condições locais, mapeamento de áreas de risco, produção de materiais informativos, exercícios de comunicação, narrativas comunitárias e diálogo com agentes públicos e lideranças locais. Essas ações podem contribuir para aproximar o conhecimento científico das experiências e dos saberes produzidos pelas comunidades.

A relevância deste estudo está em sistematizar experiências documentadas em campanhas educativas e analisar quais abordagens didáticas aparecem nos relatos. Conhecer essas práticas permite identificar tendências, reconhecer possibilidades pedagógicas e apontar dimensões que merecem maior investimento, especialmente aquelas ligadas à investigação, à participação cidadã, à comunicação e à valorização de conhecimentos historicamente marginalizados.

A análise, contudo, precisa respeitar os limites do corpus: os relatos inscritos em uma campanha não representam necessariamente a totalidade das ações realizadas nas escolas pernambucanas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar práticas inspiradoras em ERRD desenvolvidas em Pernambuco entre 2016 e 2024, com ênfase na Região Metropolitana do Recife, buscando compreender como essas experiências produzem respostas educativas e sociais à emergência climática, fortalecem a escola pública e contribuem para a justiça socioambiental. De modo específico, busca-se: sistematizar as práticas inscritas nas campanhas #AprenderParaPrevenir; classificar as abordagens didáticas descritas nos relatos; discutir as possibilidades e os limites das estratégias identificadas; e refletir sobre o papel da escola e da comunidade na construção de ações preventivas contextualizadas.

O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. A metodologia apresenta o corpus documental, os procedimentos de sistematização e os critérios de análise. O referencial teórico discute a ERRD em diálogo com a Educação Ambiental crítica e com as abordagens didáticas utilizadas.

Em seguida, os resultados são apresentados e discutidos a partir da frequência das categorias e de exemplos de estratégias registradas nos relatos. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo, seus limites e possibilidades para pesquisas futuras.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

ISSN: 2358-8829

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, e utiliza análise documental de práticas socioambientais inscritas nas campanhas #AprenderParaPrevenir, coordenadas pelo Programa Cemaden Educação, vinculado ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

O recorte temporal compreende o período de 2016 a 2024. O corpus é constituído por 68 práticas desenvolvidas em diferentes municípios de Pernambuco, com destaque, em número de participações, para Recife e Jaboatão dos Guararapes.

A escolha da análise documental se justifica porque os registros das campanhas permitem examinar objetivos, estratégias pedagógicas e formas de participação descritas pelas próprias iniciativas.

Esses documentos constituem evidências sobre as práticas relatadas, mas não substituem observação direta, entrevistas com participantes ou avaliação sistemática dos resultados alcançados.

Assim, a análise se concentra no conteúdo documental disponível e interpreta as potencialidades educativas descritas, sem presumir efeitos que não tenham sido demonstrados nos registros.

O percurso analítico foi organizado em duas etapas complementares. Na etapa quantitativa, as práticas foram sistematizadas e classificadas conforme as abordagens didáticas identificadas, calculando-se a frequência percentual de cada categoria.

Na etapa qualitativa, foram interpretados os objetivos, as metodologias e as estratégias pedagógicas dos relatos, considerando os processos educativos, os valores mobilizados, o protagonismo comunitário e o potencial de transformação social e territorial.

A combinação das duas etapas permite observar tanto a distribuição das abordagens quanto os sentidos educativos que podem ser atribuídos às experiências documentadas.

A classificação tomou como referência a tipologia proposta por Matsuo e Silva (2021), ampliada por Costa, Matsuo e Silva (2025), que contempla seis dimensões: expositiva, comunicativa, experiencial, investigativa, cidadã e decolonial.

Essas categorias foram utilizadas como instrumento analítico para organizar os relatos. Considerou-se que uma mesma prática pode reunir mais de uma dimensão; por essa razão, a interpretação depende dos critérios de classificação aplicados e da forma

como as ações foram descritas nos documentos. As abordagens expositivas foram associadas à apresentação e à sistematização de informações; as comunicativas, à circulação de mensagens e ao diálogo; as experienciais, às vivências e atividades práticas; as investigativas, à formulação de perguntas, à produção de evidências e à análise de situações; as cidadãs, à participação e à ação coletiva; e as decoloniais, à problematização das hierarquias de conhecimento e à valorização de saberes historicamente marginalizados.

As definições operacionais orientaram a leitura comparativa do material, sem pressupor que uma categoria seja, isoladamente, suficiente para determinar a qualidade de uma experiência.

Na etapa interpretativa, foram observados quatro aspectos transversais: a relação entre o conteúdo trabalhado e o território; a articulação entre conhecimento científico e saberes locais; as oportunidades de participação dos estudantes e da comunidade; e a presença de ações orientadas à prevenção e à justiça socioambiental.

Esses aspectos ajudam a compreender de que maneira as práticas podem ultrapassar a transmissão de informações e estimular a construção coletiva de respostas. Não se atribuiu causalidade entre uma abordagem específica e resultados sociais, uma vez que o material documental não permite comprovar, por si só, efeitos de longo prazo.

Como se trata de análise de registros de práticas inscritos em campanhas, a investigação utiliza informações documentais e não descreve intervenção direta com participantes.

O respectivo trabalho observa as orientações éticas aplicáveis à pesquisa documental e as regras do evento quanto ao uso de imagens e à identificação de pessoas. Não foram acrescentados dados, depoimentos ou resultados que não constassem do material disponibilizado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação para Redução de Risco de Desastres reúne processos de aprendizagem relacionados à prevenção, à preparação e à redução de riscos. Seu campo de atuação abrange a compreensão das ameaças, o reconhecimento das vulnerabilidades, a organização de informações, o desenvolvimento de capacidades de resposta e a participação social.

ISSN: 2358-8829

No contexto escolar, essa abordagem ganha relevância quando se conecta às experiências dos estudantes e aos problemas concretos que afetam o lugar onde vivem.

Desse modo, a aprendizagem sobre riscos pode deixar de ser um conjunto abstrato de recomendações e se tornar uma prática de leitura e cuidado com o território.

Compreender o risco requer considerar a interação entre ameaça, exposição, vulnerabilidade e capacidade de resposta.

A ocorrência de chuvas intensas constitui uma ameaça, mas seus efeitos dependem de fatores como ocupação do território, drenagem urbana, estabilidade das encostas, qualidade das habitações, sistemas de alerta e acesso a serviços.

As desigualdades socioespaciais influenciam tanto a exposição aos perigos quanto os recursos disponíveis para prevenir e enfrentar os impactos. Por isso, ações educativas precisam evitar explicações que responsabilizem individualmente as pessoas atingidas e devem considerar as dimensões sociais, políticas e institucionais do risco.

A Educação Ambiental crítica oferece elementos para problematizar essas relações. Em vez de tratar os problemas ambientais como questões exclusivamente naturais ou comportamentais, essa perspectiva considera os conflitos, os interesses e as estruturas sociais que interferem no uso dos territórios e na distribuição dos danos.

Em diálogo com a ERRD, permite discutir por que determinados grupos estão mais expostos, quais políticas são necessárias e como a população pode participar de decisões que afetam sua segurança. A prevenção, nessa leitura, inclui tanto a adoção de medidas cotidianas quanto a reivindicação de direitos e a atuação do poder público.

Lucena *et al.* (2024) destacam o papel da educação formal e não formal na constituição de práticas sociopedagógicas voltadas ao diálogo social e à responsabilidade coletiva. Essa formulação é importante porque os conhecimentos necessários à redução de riscos não se produzem exclusivamente dentro da escola.

Moradores, lideranças, agentes comunitários, organizações sociais e profissionais de diferentes áreas acumulam experiências relevantes sobre as mudanças ocorridas no território, os caminhos de circulação, os pontos de alagamento e as formas de apoio em situações críticas.

O desafio pedagógico consiste em articular esses saberes com informações científicas e orientações técnicas, sem hierarquizar automaticamente uma forma de conhecimento sobre as demais.

ISSN: 2358-8829

A escola pública pode atuar como espaço de encontro entre esses conhecimentos. Projetos que envolvem observação do entorno, entrevistas autorizadas, elaboração de mapas, produção de vídeos, campanhas de comunicação e discussão de planos de prevenção podem favorecer aprendizagens contextualizadas.

Além de compreender conceitos, estudantes podem desenvolver capacidade de formular perguntas, avaliar informações, comunicar riscos e participar de ações coletivas.

Para que isso ocorra, é importante que as práticas sejam adequadas à faixa etária, acessíveis a diferentes participantes e integradas ao planejamento pedagógico, em vez de dependerem apenas de ações pontuais.

A tipologia de abordagens didáticas empregada neste estudo possibilita observar diferentes formas de organizar o processo educativo. A abordagem expositiva contribui para sistematizar informações e conceitos, especialmente quando há necessidade de apresentar noções básicas sobre riscos, alertas e prevenção.

Contudo, quando utilizada isoladamente, pode restringir as oportunidades de investigação e de participação dos estudantes. A questão não é eliminar a exposição, mas compreender seu papel e avaliar como ela se articula com outras estratégias pedagógicas.

A abordagem experiencial valoriza a aprendizagem por meio de vivências e atividades práticas. Em ERRD, pode envolver caminhadas de reconhecimento do território, simulações, exercícios de elaboração de rotas seguras ou observação de elementos da paisagem.

A experiência, entretanto, precisa ser acompanhada de reflexão e mediação pedagógica: uma atividade prática não produz automaticamente compreensão crítica. O diálogo posterior, o registro das observações e a relação com os conhecimentos científicos podem aprofundar a aprendizagem e ajudar os participantes a interpretar o que foi vivenciado.

A abordagem comunicativa enfatiza a circulação de informações e a construção de diálogo entre diferentes sujeitos. Materiais audiovisuais, cartazes, campanhas escolares, reuniões e narrativas locais podem apoiar a divulgação de orientações e a troca de experiências.

É necessário, porém, considerar quem produz a mensagem, a quem ela se destina, quais canais são acessíveis e se existe possibilidade de retorno e participação. A

ISSN: 2358-8829

comunicação para prevenção é mais consistente quando não se limita a transmitir ordens, mas permite esclarecer dúvidas e reconhecer as necessidades da comunidade.

A abordagem investigativa coloca perguntas e produção de evidências no centro da aprendizagem. Estudantes podem levantar hipóteses sobre problemas locais, comparar registros, analisar mapas e organizar informações obtidas em fontes confiáveis. Esse tipo de trabalho pode fortalecer a autonomia intelectual e a compreensão de que os riscos precisam ser estudados a partir de evidências.

A investigação deve observar cuidados de segurança, privacidade e ética, especialmente quando envolve relatos de moradores ou áreas potencialmente perigosas.

A abordagem cidadã envolve participação, cooperação e ação coletiva. Em vez de restringir a aprendizagem à esfera individual, estimula a compreensão de direitos, deveres e responsabilidades institucionais. Pode incluir a elaboração coletiva de propostas, o diálogo com órgãos públicos e a participação em iniciativas de prevenção.

A ação cidadã não deve ser confundida com a transferência de obrigações estatais para a escola ou para os moradores: seu potencial está em ampliar a capacidade de participação social e a cobrança por políticas adequadas.

A abordagem decolonial, por sua vez, questiona hierarquias que desconsideram conhecimentos produzidos por grupos e comunidades historicamente marginalizados.

No contexto da ERRD, pode reconhecer memórias territoriais, experiências de mulheres e lideranças comunitárias, práticas populares de cuidado e narrativas locais sobre transformações ambientais.

Essa valorização não implica aceitar toda informação sem análise; significa criar condições para que diferentes saberes sejam ouvidos, discutidos e relacionados criticamente com evidências científicas.

O diálogo entre conhecimentos pode tornar as práticas mais contextualizadas e socialmente pertinentes.

As seis dimensões não precisam funcionar como categorias mutuamente excludentes. Uma atividade de mapeamento, por exemplo, pode envolver investigação ao levantar dados, experiência ao percorrer o território, comunicação ao compartilhar resultados, cidadania ao formular propostas e perspectiva decolonial ao valorizar conhecimentos comunitários.

ISSN: 2358-8829

A classificação permite identificar a dimensão predominante nos relatos, mas a análise qualitativa é necessária para reconhecer sobreposições e evitar uma leitura simplificada da complexidade das práticas educativas.

Por fim, a justiça socioambiental constitui um princípio transversal para interpretar a ERRD. Ela chama atenção para a distribuição desigual dos riscos e dos recursos de proteção, para a participação dos grupos afetados nas decisões e para a responsabilidade das instituições públicas.

A educação pode contribuir para que os desastres sejam compreendidos não como acontecimentos inevitáveis, mas como processos cuja gravidade pode ser reduzida por meio de planejamento, infraestrutura, políticas públicas, acesso à informação e organização coletiva. A escola é parte desse esforço, embora não possa substituir as ações estruturais necessárias à redução das vulnerabilidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das 68 práticas inscritas nas campanhas #AprenderParaPrevenir entre 2016 e 2024 revelou predominância das abordagens expositiva e experiencial. A primeira correspondeu a 45% das práticas classificadas e a segunda, a 43%. Em conjunto, essas dimensões representam 88% do corpus. As demais categorias apresentaram frequências menores: decolonial, 5%; comunicativa, 3%; investigativa, 3%; e cidadã, 1%. Os percentuais são apresentados conforme os valores arredondados informados no estudo.

A distribuição mostra que a maior parte dos relatos enfatiza a apresentação de informações e as atividades baseadas em vivências. Esse resultado sugere que as práticas documentadas atribuem importância tanto à comunicação de conteúdos quanto à aprendizagem por meio de atividades práticas. As duas abordagens podem ser pertinentes em ações de prevenção: informações confiáveis são essenciais para reconhecer sinais de alerta e compreender orientações, enquanto vivências e exercícios podem apoiar a apropriação de procedimentos. Ainda assim, a frequência não constitui medida direta da qualidade pedagógica, da participação dos estudantes ou da eficácia das ações.

A predominância da abordagem expositiva pode estar relacionada à necessidade de organizar e compartilhar informações sobre riscos climáticos, desastres, prevenção e medidas de segurança. Em contextos de emergência, mensagens claras e acessíveis

podem ser decisivas. No ambiente escolar, a exposição pode oferecer uma base conceitual comum para que os estudantes compreendam fenômenos e procedimentos. Entretanto, quando o processo educativo se restringe à transmissão unilateral de conteúdos, há menor espaço para que os estudantes formulem questões, relacionem os temas às suas experiências ou analisem criticamente as condições sociais que contribuem para a vulnerabilidade.

A presença expressiva da abordagem experiencial indica que muitas práticas relatadas recorreram a atividades práticas ou vivenciais. Tais estratégias podem aproximar a aprendizagem da realidade territorial, especialmente quando envolvem reconhecimento de áreas, elaboração de materiais, exercícios de prevenção ou observação de problemas ambientais. Para ampliar seu potencial, é importante que as atividades incluam preparação, registro, reflexão e avaliação. A experiência deve ser conectada à discussão conceitual e à análise das condições que produzem os riscos, para não se limitar a uma atividade isolada ou meramente demonstrativa.

A baixa frequência relativa das abordagens comunicativa e investigativa merece atenção. A comunicação dialógica permite que os conhecimentos circulem em diferentes direções, enquanto a investigação favorece a formulação de perguntas e a análise de evidências. Ambas podem ajudar estudantes a avaliar informações, compreender a complexidade dos riscos e compartilhar resultados com suas comunidades. A baixa incidência dessas dimensões no corpus não significa que inexistam em outras ações escolares; indica, mais precisamente, que aparecem com menor frequência nos relatos analisados ou na classificação adotada.

A abordagem cidadã correspondeu a 1% das práticas, sendo a categoria menos frequente. Esse dado suscita uma reflexão sobre as oportunidades de participação social presentes nos registros. A ERRD pode incluir a elaboração de propostas de prevenção, o diálogo com órgãos responsáveis, a construção de redes de apoio e a discussão dos direitos relacionados à moradia, à infraestrutura e à proteção. Para que a participação seja efetiva, é necessário que estudantes e comunidade tenham oportunidades de contribuir para decisões e que as instituições públicas considerem as demandas apresentadas.

A abordagem decolonial representou 5% das práticas classificadas. Embora também minoritária, essa dimensão tem relevância por abrir espaço para a valorização de memórias, experiências e conhecimentos comunitários. O reconhecimento dos

ISSN: 2358-8829

saberes territoriais pode revelar informações que nem sempre aparecem em materiais didáticos gerais, como mudanças observadas em cursos d'água, pontos recorrentes de alagamento, rotas de circulação e formas locais de organização. A articulação entre esses conhecimentos, evidências científicas e políticas públicas pode fortalecer a pertinência das estratégias preventivas.

Entre as experiências destacadas nos registros estão o mapeamento socioambiental, as produções audiovisuais, a formação de lideranças femininas e a elaboração de narrativas comunitárias de prevenção. Essas estratégias mostram caminhos possíveis para ampliar a relação entre escola e território. O mapeamento pode apoiar a identificação coletiva de problemas e recursos locais; a produção audiovisual pode favorecer a comunicação com públicos diversos; a formação de lideranças pode ampliar a participação e a capacidade de mobilização; e as narrativas comunitárias podem preservar memórias e tornar visíveis experiências que contribuem para compreender os riscos.

A referência à formação de lideranças femininas é particularmente importante para pensar a participação de diferentes sujeitos na prevenção. A experiência de mulheres em comunidades expostas a riscos pode envolver práticas de cuidado, organização cotidiana, comunicação e mobilização social. Reconhecer essa participação não significa naturalizar o cuidado como responsabilidade exclusiva das mulheres, mas valorizar sua atuação e promover condições para uma distribuição mais justa das responsabilidades. Os registros disponíveis permitem destacar a presença dessa estratégia, mas não autorizam generalizações sobre seus resultados ou sobre a participação feminina em todas as práticas analisadas.

A concentração de iniciativas provenientes de Recife e Jaboatão dos Guararapes chama atenção para a importância de ações educativas em territórios expostos a riscos climáticos. A proximidade entre escola e comunidade pode facilitar a identificação de problemas locais e a elaboração de respostas contextualizadas.

A escola municipal, em particular, pode funcionar como espaço de encontro entre estudantes, famílias, profissionais da educação e atores comunitários. Entretanto, a existência de práticas não elimina a necessidade de condições institucionais para sua continuidade, como tempo de planejamento, formação docente, recursos pedagógicos e articulação com políticas de proteção e defesa civil.

ISSN: 2358-8829

A articulação entre ERRD e Educação Ambiental crítica permite interpretar esses resultados para além de uma classificação de técnicas de ensino. A prevenção não se resume a ensinar comportamentos individuais diante de chuvas ou deslizamentos; envolve discutir a produção social do risco, as condições de infraestrutura, a ocupação do território e a responsabilidade das instituições. Nesse sentido, estratégias investigativas, comunicativas, cidadãs e decoloniais podem ampliar o alcance das abordagens expositivas e experienciais, oferecendo mais oportunidades para a análise crítica e para a participação coletiva.

Uma possibilidade de fortalecimento pedagógico é organizar sequências didáticas que integrem as seis abordagens. Uma sequência pode começar com uma exposição dialogada sobre os conceitos fundamentais; seguir com uma atividade experiencial de reconhecimento seguro do entorno; desenvolver uma investigação a partir de mapas e dados disponíveis; produzir materiais de comunicação; incorporar memórias e saberes de moradores; e concluir com uma proposta coletiva dirigida à comunidade ou aos órgãos competentes.

Essa organização é apresentada como possibilidade derivada da discussão teórica, e não como resultado comprovado das 68 práticas examinadas.

Também é necessário considerar os limites dos documentos analisados. Os relatos inscritos em campanhas são registros de experiências selecionadas e descritas por seus proponentes. Podem enfatizar aspectos considerados relevantes pelos participantes e não necessariamente detalhar todos os componentes de cada ação. Além disso, a frequência de uma abordagem depende das informações registradas e dos critérios utilizados na classificação. Por isso, os resultados descrevem o corpus documental e não devem ser generalizados automaticamente para todas as escolas ou iniciativas de ERRD em Pernambuco.

Pesquisas futuras podem aprofundar a análise por meio de entrevistas com docentes, estudantes e lideranças comunitárias, observação das atividades, exame de materiais pedagógicos e acompanhamento longitudinal das iniciativas. Esses procedimentos poderiam investigar como as ações são implementadas, como os participantes avaliam sua relevância e quais condições favorecem sua continuidade. Também seria pertinente examinar como as práticas se articulam com planos escolares, sistemas de alerta, políticas municipais e redes locais de proteção.

ISSN: 2358-8829

Esse aprofundamento ajudaria a distinguir potencial pedagógico, implementação e efeitos observados. Em síntese, os resultados mostram uma base importante de práticas expositivas e experienciais, acompanhada de experiências menos frequentes que valorizam investigação, comunicação, participação cidadã e saberes comunitários.

O desafio não é substituir uma abordagem por outra de maneira mecânica, mas ampliar as combinações pedagógicas e criar condições para que a ERRD seja contínua, territorializada, inclusiva e crítica. A escola pode contribuir para a construção de capacidades coletivas, desde que sua atuação seja acompanhada por políticas públicas e por ações estruturais de redução de vulnerabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das 68 práticas inscritas nas campanhas #AprenderParaPrevenir, entre 2016 e 2024, possibilitou identificar experiências educativas desenvolvidas em Pernambuco que evidenciam a contribuição da escola pública para a Educação para Redução de Risco de Desastres (ERRD), especialmente diante dos desafios impostos pela emergência climática. A concentração de iniciativas na Região Metropolitana do Recife demonstra a relevância desse território para a discussão sobre prevenção, vulnerabilidades socioambientais e construção de respostas educativas contextualizadas.

Os resultados revelaram a predominância das abordagens expositiva (45%) e experiencial (43%), indicando que as práticas documentadas valorizam, sobretudo, a socialização de informações e as atividades vivenciais. Embora essas estratégias sejam importantes para a compreensão dos riscos e a preparação para situações de emergência, a menor frequência das abordagens comunicativa (3%), investigativa (3%), cidadã (1%) e decolonial (5%) aponta possibilidades de ampliação das experiências educativas, especialmente no que se refere à participação social, à produção compartilhada de conhecimentos e à valorização dos saberes territoriais.

Nesse sentido, fortalecer a ERRD no contexto escolar implica ultrapassar uma perspectiva restrita à transmissão de informações e à adoção de comportamentos individuais. Torna-se necessário promover práticas pedagógicas que articulem investigação, diálogo, experiências territoriais e participação coletiva, reconhecendo que os riscos e os desastres são atravessados por desigualdades sociais, econômicas e

ISSN: 2358-8829

ambientais. A prevenção, portanto, também envolve discutir direitos, responsabilidades institucionais e políticas públicas capazes de reduzir as vulnerabilidades.

Destaca-se, ainda, a importância de reconhecer os conhecimentos produzidos pelas comunidades e a atuação de sujeitos historicamente envolvidos na organização e no cuidado com os territórios. As experiências relacionadas à formação de lideranças femininas, às narrativas comunitárias e ao mapeamento socioambiental revelam possibilidades de aproximação entre escola e comunidade. Valorizar essas experiências significa reconhecer diferentes formas de produzir conhecimento e fortalecer a participação social, sem naturalizar ou atribuir exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e pela prevenção.

A escola pública, nesse cenário, constitui um espaço estratégico de formação cidadã e articulação territorial. Entretanto, sua contribuição depende de condições institucionais que assegurem formação continuada de professores, planejamento pedagógico, recursos educativos e diálogo permanente com as comunidades, os órgãos de proteção e defesa civil e as políticas públicas. A responsabilidade pela redução dos riscos não pode ser transferida exclusivamente às escolas ou às populações que vivem em áreas vulnerabilizadas.

Como limite, destaca-se que a investigação se fundamentou em registros documentais de práticas inscritas nas campanhas #AprenderParaPrevenir. Assim, os resultados expressam as características do corpus analisado e não representam necessariamente a totalidade das experiências de ERRD desenvolvidas em Pernambuco. Estudos futuros poderão aprofundar essa discussão por meio de entrevistas, observações em escolas e acompanhamento de iniciativas, investigando os processos de implementação, a participação dos sujeitos e as condições de continuidade das ações.

Conclui-se que as práticas analisadas constituem um repertório relevante de experiências educativas, ao mesmo tempo que evidenciam desafios para a consolidação de uma ERRD contínua, crítica, participativa e territorializada. Diante da emergência climática, educar para a redução de riscos significa também fortalecer o direito à vida, à informação, à participação e a territórios mais justos e seguros. Nessa perspectiva, a escola pública não apenas compartilha conhecimentos sobre desastres: pode contribuir para que estudantes e comunidades compreendam criticamente a realidade em que vivem e participem da construção coletiva de possibilidades de transformação socioambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.608**, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 29 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.** Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf. Acesso em: 29 out. 2026.

LUCENA, Rejane et al. Educação para a redução de riscos e desastres (ERRD): o papel da educação formal e não formal na sensibilização para formação da consciência cidadã. **Revista Contemporânea,** v. 4, n. 7, e5224, 2024. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV4N7-195.
Acesso em: 29 out. 2026.

MATSUO, Patricia Mie; SILVA, Rosana Louro Ferreira. Desastres no Brasil? Práticas e abordagens em educação em redução de riscos e desastres. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e78161, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.78161.
Acesso em: 29 out. 2026.